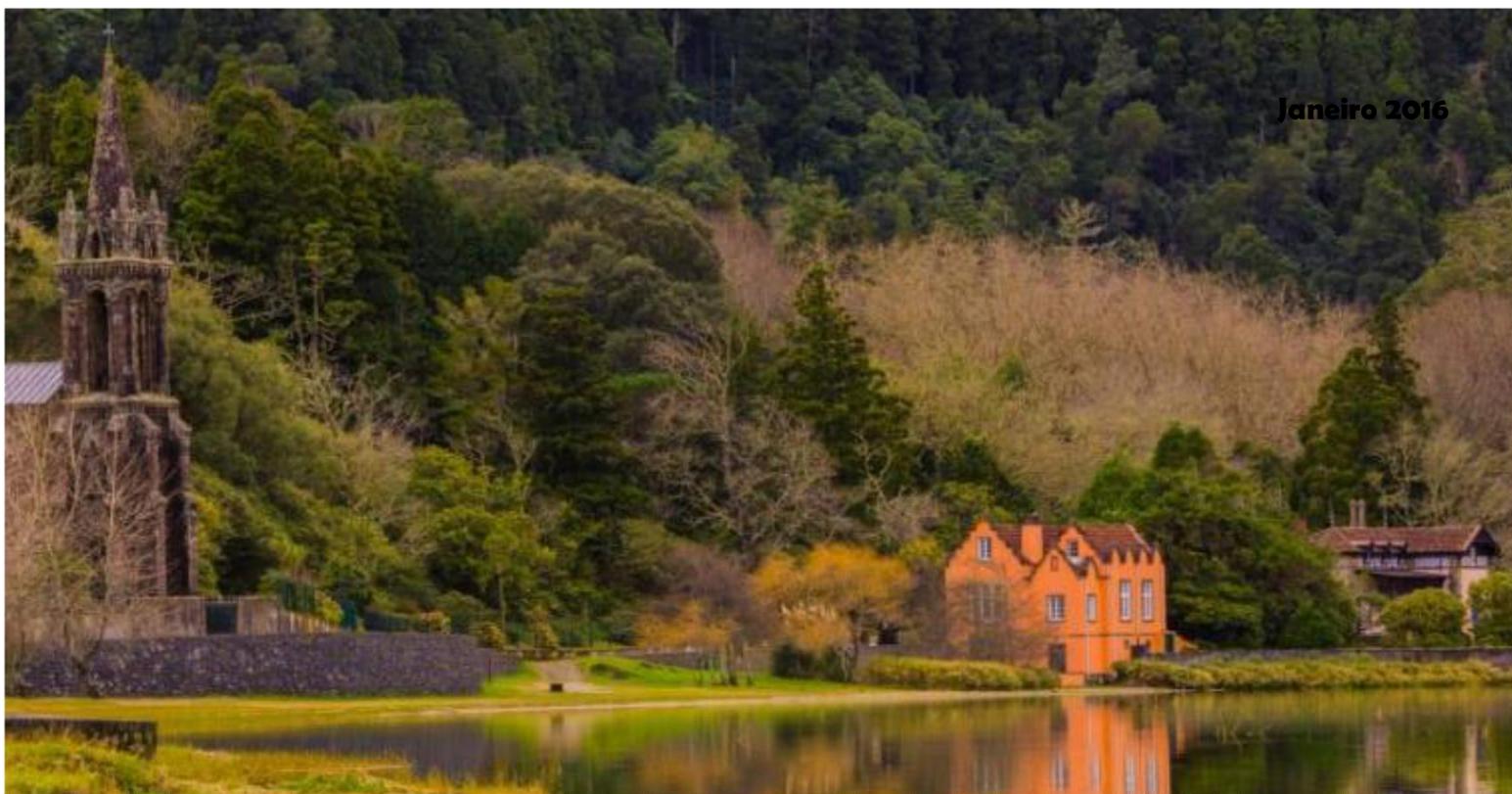


Global to Local Law News

Ano II - Nº 35 - janeiro/2017

ISSN : 2183-721X

Janeiro 2016



Índice

- 1) Nota Editorial..... p.1
- 2) Artigo de Opinião "Comparative view of the preambles of the constitutions of republic of Portugal and republic of Macedonia".....p.2-4
- 3) Artigo de Opinião "O orçamento estado para 2017 – principais alterações" p.5-13
- 4) Artigo de Opinião "Goodbye Obama welcome Mr. Trump – Rules for Radicals Companies: Dos consensos entre as partes radicais e os facilitadores que conduzem o processo de paz...!"p.14-16
- 5) Artigo de Opinião "Os direitos humanos e a intervenção do TPI no mundo: O caso de Moçambique".....p.17-31
- 6) Artigo de Opinião "Perspetivas de evolução do trabalho".....p.32-38
- 7) Sabia que?..... p.39
- 8) Global to Local Law News..... p.40-68

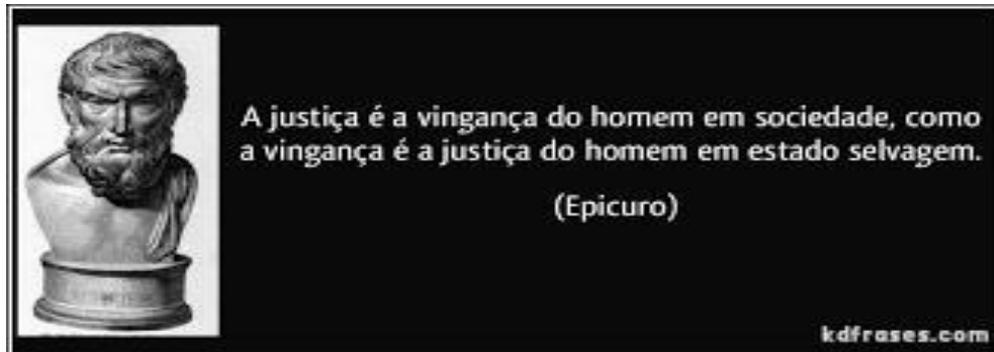
A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre clientes, colegas e amigos e a substituir o recurso a aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, decisão sem assistência profissional qualificada. Os artigos científicos e de opinião publicados nesta Newsletter "Global to Local Law News" não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto ou deixar de receber a nossa Newsletter contate-nos: nrdcadvogados@gmail.com ou visite o nosso site www.nrdc-advogados.com.

Ficha Técnica:

Propriedade: NRDC@ Escritório de Advogados
Direção: Noronha Rodrigues & Dora Cabete - Law Office
Edição: NRDC@ Escritório de Advogados
ISSN: 2183-721X
Edição Gráfica: Dr^a. Fátima Oliveira
Fotografia: Dr^o Miguel Machado
E-mail: nrdcadvogados@gmail.com
Webpage: www.nrdc-advogados.com
Tel: (+351)296 281 750/296 281 751

Endereço: Rua da Cruz, nº 55 1º andar, informação S. José, na 9500 contida-051 é Ponta presta Delgada de forma geral e abstrata, não pelo que, não deve servir de base para qualquer tomada de decisão dos seus autores. O todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso Newsletter contate-nos: nrdcadvogados@gmail.com ou visite o

✉ Nota Editorial



NRDC@ Escritório de Advogados, tem o prazer de anunciar que iniciamos a partir de 2016, a edição mensal da segunda série da Newsletter "Global to Local Law News". Presentemente, com a chancela de mérito da *International Standard Serial Number*, ISSN: 2183-721X. Reestruturamos, graficamente, a Newsletter com o intuito de melhor transmitir e partilhar, com os nossos colegas, clientes e amigos, informação jurídica diversificada mas, cientificamente comprovada e avalizada pelo mérito dos seus autores.

Para o efeito, apelamos a todos aqueles que queiram colaborar connosco (juristas, advogados, magistrados, professores universitários e outros) com artigos de opinião (1 a 3 páginas), com artigos científicos, working-papers, recensões ou comentários de jurisprudência (1 a 20 páginas), bem como com notícias, anúncios de conferências ou cursos de formações, entre outros eventos, que nos enviem estas informações até ao dia 25 de cada mês para o e-mail: nrdcadvogados@gmail.com

Qualquer texto enviado para NRDC@Escritório de Advogados deve ser acompanhado por uma foto a cores do autor, grau académico (BSc. (Licenciado), LL.M (Mestre), Ph.D (Doutorado)) e atividade profissional (*v.g.*, Advogado, Professor Universitário, Jurista, etc), título do artigo, bem como deve ser escrito com o tipo de letra Bodoni MT, tamanho 11, espaçamento 1, 15. Todas as margens das páginas devem ter 3 cm. Os textos propostos devem ser enviados num único ficheiro, word ou compatível por correio eletrónico, para e-mail: nrdcadvogados@gmail.com

Dito isso, desejamos a todos uma boa leitura, caso queira consultar todas as newsletters clique [aqui](#)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre clientes, colegas e amigos e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, pelo que, não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada. Os artigos científicos e de opinião publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O conteúdo desta Newsletter "Global to Local Law News" não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto ou deixar de receber a nossa Newsletter contate-nos: nrdcadvogados@gmail.com ou visite o nosso site www.nrdc-advogados.com.

✉ **Artigos de Opinião**



DEJAN MARALOV
PROFESSOR IN
INTERNATIONAL PUBLIC LAW
REPUBLIC OF MACEDONIA

**"COMPARATIVE VIEW OF THE
PREAMBLES OF THE
CONSTITUTIONS OF REPUBLIC OF
PORTUGAL AND REPUBLIC OF
MACEDONIA "**

Although the idea of making a comparison between the preambles of the constitutions of both Republics i.e.

Portugal and Macedonia may look unusual, if we take into consideration that they are geographically rather distant and follow different historical trajectories, it is however in the interest for the legal science. As known Portugal is a member of EU (and a part of the European legal space) and Macedonia is a country with official candidate status (which means that Macedonian law must be adapted to the EU law). Hence, when hopefully Macedonia will become an EU member and because a comparison like this has never been done before, this can only has positive contribution in the field of European constitutional law.

At first view in the constitutions of both Republics i.e. Portugal and Macedonia, it can be noticeably that the Portuguese constitution is older than the Macedonian one. Namly, the Portuguese constitution was adopted in 1974 and the Macedonian in 1991. This is quite understandable if we

take into consideration that Macedonia became independent state after the dissolution of former Yugoslavia in 1991. However it's worth mentioning the fact that the preamble from 1991 was changed with the constitutional amendments from 2001.

If we analyze both constitutions we can conclude that they have both preambles. Theoretically, the preamble is usually defined as a short text which contains historical traditions of the people - the nation. Then it contains references to the most significant events from the history of the people which are of great importance for the country. Its basic law is actually a constitution, furthermore it contains basic findings, principles and objectives of the constitutional order, as well as views on the constitutional order or on the socio-political and economic system built in that country. So, the constitutions of Portugal and Macedonia do not deviate from these theoretical features.

The preamble to the Portugal Constitution begins as follows: *“On the 25th of April 1974 the Armed Forces Movement crowned the long years of resistance and reflected the deepest feelings of the Portuguese people by overthrowing the fascist regime. Freeing Portugal from dictatorship, oppression and colonialism was a revolutionary change and the beginning of an historic turning point for Portuguese society.”*

As it can be seen the Portugal Constitution's preamble starts by referring to the historical legacy from one very significant historical event for Portugal (April 25, 1974), the day when the fascist dictatorship government was defeated. By this event was meant the end of the Portuguese colonialism in Africa also. The new Portugal state was declared and its new constitution was passed based on this historical event.

The Macedonian Constitution's preamble contains a similar part, i.e. historical events that are considered as historical legacy: *“(…) in accordance with the tradition of the Kruševo Republic and the decisions of the Antifascist People's Liberation Assembly of Macedonia, and the Referendum of September 8, 1991, have decided to establish the Republic of Macedonia (...)”*

More concrete, there are three important historical events mentioned before. The first one is the legacy of the Kruševo Republic (ten days existing republic founded by Macedonian people as a result of the Macedonian people's uprising against the Ottoman Empire in 1903). The second event is the Antifascist People's Liberation Assembly (as a result of the struggle against fascist occupation) and the creation of federal Republic of Macedonia in 1944 as part of Yugoslavia and finally the independence referendum on September, the 8th 1990.

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre clientes, colegas e amigos e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, pelo que, não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada. Os artigos científicos e de opinião publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O conteúdo desta Newsletter "Global to Local Law News" não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto ou deixar de receber a nossa Newsletter contate-nos: nrdcadvogados@gmail.com ou visite o nosso site www.nrdc-advogados.com.

We can conclude that although the Constitution of Portugal is older than the Macedonian one, the Macedonian preamble refers to longer historical framework and to more historical events in it as a historical legacy and basis of the modern Macedonian state.

Furthermore, although by using different terminologies i.e. “decision” in the Portugal Constitution and “intention” in the Macedonian constitution, both preambles speak that the foundation of each republic is based on fundamental citizens' rights, democracy, rule of law and socialist society (according to the Portugal constitution); rule of law, human rights, civil liberties, peace and coexistence, social justice, economic welfare and prosperity in the life of the individual and the community, free and democratic elections (according to the Macedonian constitution). So, both preambles contain same or similar terms like “rule of law”, “democracy and democratic elections”, “citizen’s rights and civil liberties”, “socialist society and social justice” and so on.

However, the basic difference is that Macedonian preamble pays especial

attention on the equality of the different ethnic communities living in the Republic of Macedonia. Despite the obvious fact that the Macedonian ethnic community makes the overwhelming, the classical term “minorities” is not used for all the rest. As we can see from below even very small ethnic communities are mentioned in the constitution, for example the “Vlach people”, which compose only 0,4% of the total population.

“The citizens of the Republic of Macedonia, the Macedonian people, as well as citizens living within its borders who are part of the Albanian people, the Turkish people, the Vlach people, the Serbian people, the Roma people, the Bosniak people and others (...).”

Of course this fact makes the constitution of Republic of Macedonia to be one of the best in terms of respecting the minority rights.

Finally, common for both constitutions (and both preambles) is that they were passed by the parliaments of both countries (Assembleia in Portugal and Sobranie in Macedonia).

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre clientes, colegas e amigos e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, pelo que, não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada. Os artigos científicos e de opinião publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O conteúdo desta Newsletter "Global to Local Law News" não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto ou deixar de receber a nossa Newsletter contate-nos: nrdcadvogados@gmail.com ou visite o nosso site www.nrdc-advogados.com.



"Global to Local Law News"
ISSN: 2183-721X

Conselho Consultivo

- Prof. Carlos Medeiros (LL.M) - **Universidade de Lisboa** (Portugal)
Prof. Diamantino Soares (LL.M) - **Universidade Lusófona de Cabo Verde** (Cabo Verde)
Prof. Doutor Carlos A. Fraga Castillo (Ph.D) - **Instituto Politécnico Nacional** (México)
Prof. Doutor Esteban Arribas Reyes (Ph.D) - **Universidade de Alcalá** (Espanha)
Prof. Doutor Fernando Horta Tavares (Ph.D) - **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais** - (Brasil)
Prof. Doutor Jardel de Freitas Soares (Ph.D) - **Universidade Federal de Campina Grande** (Brasil)
Prof. Doutor José Noronha Rodrigues (Ph.D) - **Universidade dos Açores** (Portugal)
Prof. Doutor Leonardo Silva Nunes (Ph.D) - **Universidade Federal de Ouro Preto** (Brasil)
Prof. Doutor Roberto Rabbani (Ph.D) - **Universidade Federal de Sergipe** (Brasil)
Prof. Doutor Ruben Cordeiro (Ph.D) - **Universidade dos Açores** (Portugal)
Prof. Doutor Sílvio Javier Battello Calderon (Ph.D) - **Universidade de Buenos Aires** (Brasil) Prof.
Doutora Zamira de Assis (Ph.D) - **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais** - (Brasil)
Prof. Hamilton Soares (LL.M) - **Universidade São Tomás de Moçambique** (Moçambique)
Prof. Hermâni Soares (LL.M) - **Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais** (Cabo Verde)
Prof. Manuel Martín P. Estrada (LL.M) - **Faculdade Autónoma de Direito de São Paulo** (Brasil)
Prof. Virgílio de Carvalho (LL.M) - **Universidade São Tomás de Moçambique** (Moçambique)
Prof^a Doutora Sandra Dias Farias (Ph.D) - **Universidade dos Açores** (Portugal)
Prof^a Doutora Suzana Fernandes da Costa (Ph.D) - **Instituto Politécnico do Cávado e do Ave** (Portugal)
Prof^a. Dora Cabete (LL.M) - **Universidade dos Açores** (Portugal)
Prof^o Gloriete Marques (LL.M) - **Faculdade Integrada de Goiás** (Brasil)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre clientes, colegas e amigos e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, pelo que, não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada. Os artigos científicos e de opinião publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O conteúdo desta Newsletter "Global to Local Law News" não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto ou deixar de receber a nossa Newsletter contate-nos: nrdcadvogados@gmail.com ou visite o nosso site www.nrdc-advogados.com.

GLOBAL TO LOCAL LAW NEWS

ISSN: 2183-721X

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, pelo que, não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O conteúdo desta Newsletter "Global to Local Law News" não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto ou deixar de receber a nossa Newsletter contate-nos: nrdcadogados@gmail.com ou visite o nosso site www.nrdc-advogados.com.



NORONHA RODRIGUES & DORA CABETE
ADVOGADOS
LAWYERS